



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANDU

PARECER TÉCNICO

Referência: Análise do plano de trabalho

Entidade beneficiária: Associação Protetora dos Animais Amigos da Mantiqueira - APAAM

CNPJ: 16.876.884/0001-82

Exercício: 2025 – Execução 2026

I – DA APRESENTAÇÃO

Refere-se a parecer técnico emitido com fundamento no artigo 2, incisos X e XI c.c artigo 35, inciso V, alíneas "a" a "h" da Lei Federal nº. 13.019, de 31 de julho de 2014 e Decreto Municipal nº 2.629/2017, para fins de análise e emissão de parecer técnico acerca do plano de trabalho da Organização da Sociedade Civil, denominada, Associação Protetora dos Animais Amigos da Mantiqueira - APAAM, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 16.876.884/0001-82, representada legalmente por Waleska Karoline Scarpa Rangel, com sede na Rua Joaquim José Ribeiro, nº 25, cep 3746400.

II – DA JUSTIFICATIVA

Considerando o plano de trabalho apresentado pela entidade Associação Protetora dos Animais Amigos da Mantiqueira - APAAM;

Considerando a necessidade do Município de Itanhandu em suprir atividades no âmbito da saúde;

Considerando a impossibilidade, por ora, de tais atividades serem satisfatoriamente executadas pelo poder público local;

Considerando que em determinados casos, quando houver interesse público e recíproco entre o poder público e organizações da sociedade civil, podem ser formalizados instrumentos de parceria entre ambos para a consecução do objeto - definidas pelo artigo 2.º da Lei n. 13.019/2014.

Considerando que, após análise feita em âmbito local constatamos que somente a entidade Associação Protetora dos Animais Amigos da Mantiqueira - APAAM presta serviços especializados na castração, atendimento, proteção e amparo de animais abandonados e/ou tutelados por pessoas de baixa renda;

Considerando que, nestes casos a Lei n. 13.019/2014 preceitua que, a administração pública poderá dispensar o Chamamento Público no caso de atividades voltadas ou



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANDU

vinculadas a serviços de educação, saúde e assistência social, desde que executadas por organizações da sociedade civil previamente credenciadas pelo órgão gestor da respectiva política;

Perante o exposto, justificamos as razões pelas quais entendemos a relevância da formalização de instrumento de parceria perante a entidade Associação Protetora dos Animais Amigos da Mantiqueira - APAAM.

III – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Segundo os artigos 16 e 17, da Lei Federal nº 13.019/2014, fica autorizado à administração pública formalizar entre as entidades consideradas organizações da sociedade civil, termo de colaboração ou de fomento, distinguindo-se ambos pela iniciativa acerca do projeto de trabalho.

Neste sentido, tendo em vista que no município de Itanhandu não possui entidade que é capaz de cumprir com o objeto proposto no plano de trabalho apresentado, deve-se recorrer ao comando constante do artigo 31 da Lei Federal n. 13.019/2014, que estabelece:

I - o objeto da parceria constituir incumbência prevista em acordo, ato ou compromisso internacional, no qual sejam indicadas as instituições que utilizarão os recursos;

II - a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista no inciso I do § 3º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto no art. 26 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015)

Vale ressaltar que não há falta de interesse do poder público na presente parceria, há o cumprimento das finalidades ínsitas à política pública de saúde, mas há incapacidade momentânea do poder público em cumprir satisfatoriamente com toda demanda inerente nesta área.

IV) DA ANÁLISE DO PLANO DE TRABALHO

O art. 35, V, dispõe que deve ser emitido o parecer do órgão técnico, devendo o mesmo se pronunciar expressamente sobre alguns quesitos dos quais passamos a explicar, especialmente sobre:

- a) **Mérito da proposta, em conformidade com a modalidade da parceria adotada:** a proposta apresentada pela entidade apresenta todos os elementos pertinentes ao Termo de Colaboração e demonstra de forma clara e objetiva a execução de trabalho, podendo, ser considerada aprovada.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANDU

- b) **Da identidade e da reciprocidade de interesse das partes na realização, em mútua cooperação, da parceria prevista nesta Lei:** a proposta analisada atende ao princípio da supremacia do interesse público, e está contida nas diretrizes das atividades de interesse social que deverão ser atendidas pelo poder público municipal ou por entidades membros da sociedade civil organizada.
- c) **Da viabilidade de sua execução:** o Plano de Trabalho apresentado demonstra viabilidade de execução.
- d) **Da verificação do cronograma de desembolso:** O desembolso de recursos será realizado em duas parcelas, no meses de fevereiro e julho/2026.
- e) **Da descrição de quais serão os meios disponíveis a serem utilizados para a fiscalização da execução da parceria, assim como dos procedimentos que deverão ser adotados para avaliação da execução física e financeira, no cumprimento das metas e objetivos:** a parceria será fiscalizada pela Comissão de Seleção, Monitoramento e Avaliação e serão avaliados o desenvolvimento das atividades descritas no Plano de Trabalho.
- f) – Revogado;
- g) **Da designação do gestor da parceria:** designado com o fim único e exclusivo de Gestor das parcerias firmadas com as Organizações da Sociedade Civil, por meio do Decreto Municipal nº 7.569, de 26 de maio de 2025, tendo como fundamento legal o artigo 2º, inciso VI; artigo 61 e artigo 35, alínea g, da Lei Federal nº 13019/2014 c.c artigo 36 do Decreto Municipal nº 2.629/2017.
- h) **Da designação da Comissão de Seleção e Comissão de monitoramento e avaliação da parceria:** designa com fim único e exclusivo de comporem a Comissão de Seleção e Comissão de Monitoramento e Avaliação, por meio do Decreto Municipal nº 6.592, de 10 de agosto de 2023 e nº 7.840, de 03 de novembro de 2025 respectivamente, tendo como fundamento legal o artigo 27, § 1º, artigo 58 e 59 da Lei Federal nº 13.019/2014 e artigo 27 e 37 do Decreto Municipal nº 2.629, de 06 de março de 2017.

V) DOS DOCUMENTOS

Com base na legislação aplicável ao instrumento, Art. 34 da Lei nº13.019/2014, a organização da sociedade civil abaixo identificada (anexo I), apresentou os documentos necessários para celebrar a parceria conforme checklist (anexo II).

VI) CONCLUSÃO

Diante do exposto, e após as devidas análises, concluímos que a execução da proposta é viável e os valores estimados estão compatíveis com a realidade; o cronograma previsto na proposta é oportuno e permite uma fiscalização factual. Sendo assim, posteriormente todo trâmite necessário prescrito em lei, somos de parecer técnico favorável a formalização da parceria entre o Município de Itanhandu e a Associação Protetora dos Animais Amigos da Mantiqueira - APAAM, consoante às disposições expressas em lei.





PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANDU

Itanhandu, 16 de dezembro de 2025.

Lucimara de Fátima Alvarenga

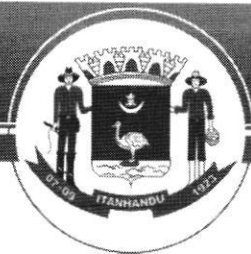
Agente Administrativo

Matrícula 09681

Bruna Greco Courbassier

Chefe da Divisão de Administração da Saúde

Matrícula 08760



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANDU

Anexo I

FICHA CADASTRAL		
I – IDENTIFICAÇÃO		EXERCÍCIO
01 – ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL: APAAM – Associação Protetora dos Animais Amigos da Mantiqueira		02 – CNPJ: 16.876.884/0001-82
03 – ENDEREÇO: Rua Joaquim José Ribeiro, 25		
04 – CEP: 37464-000	05 – BAIRRO: Centro	06 – CELULAR 35 3361 2311
07 – SITE:		08 – EMAIL: apaamitanhandu@hotmail.com
II – IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL		
01 – NOME: Waleska K. Scarpa Rangel		02 – CPF: 042.258.166-64
03 – RG MG 22.156.234		04 – DATA DA POSSE: 18/06/2025
05 – ENDEREÇO RESIDENCIAL: Travessa Ari Carneiro, 109		
06 – BAIRRO Vila Maria	07 – FONE RESIDENCIAL: (35) 3361-1112	08 – CELULAR: (35) 9 9805 0331





PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANDU

Anexo II

CHECKLIST DE DOCUMENTOS PARA FORMALIZAR PARCERIA		
01	Cartão de CNPJ	✓
02	Alvará Licença de Funcionamento	✓
03	Certidão Débito Tributários - Fazenda Estadual	✓
04	Certidão Débito Tributários - Municipal	✓
05	Certidão Débito Tributários - Federal	✓
06	Certidão de Débitos Trabalhistas	✓
07	Certidão de Regularidade FGTS	✓
08	Estatuto	✓
09	Regimento Interno	✓
10	Comprovante de Endereço	✓
11	Certificação ou Lei - Utilidade Pública	✓
12	Certificado de Registro fins filantrópicos ou Reg. no Conselho Municipal (não obrigatório)	-
13	Declaração de Ciência de Chamamento Público	-
14	Ata de Posse dos Dirigentes	✓
15	Atestado de Funcionamento	✓
16	Declaração de capacidade administrativa, técnica e gerencial	✓
17	Certidão contendo Dirigentes e Conselheiros	✓
18	Declaração e Relação dos Dirigentes da Entidade	✓
19	Declaração conta corrente específica	✓
20	Declaração objeto representa vantagem econômica para administração municipal	✓
21	Declaração de atendimento a Lei Federal nº 12.527/2011 e publicidade	✓
22	Declaração não impedimento de celebrar parceria	✓
23	Declaração não haverá contratação de servidor ou empregado público	✓
24	Declaração de conhecimento tácito das condições chamamento público (se necessário)	✓

